

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL.

A/C: Pregoeiro (ª) e Equipe da Comissão Permanente de Licitações

Pregão Eletrônico: 081/2018

Processo Administrativo: 23087.006194/2018-87

Portal Norte Segurança Patrimonial Eireli EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.311.787/0001-99, devidamente cadastrada no processo de licitação do PE 081/2018, vem, com amparo no item 15, subitem 15.3 do edital, de forma tempestivamente, apresentar, CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela licitante Ala Segurança Ltda., aduzindo adiante, na seguinte forma:

PRELIMINAR DE MÉRITO

O item 13.4.10 apontado pela empresa ALA SEGURANÇA LTDA, carece de informação, tendo em vista que, a Clausula Sexagésima Quarta apontada pela mesma da Convenção Coletiva de Trabalho 2018 em suas razões recursais, refere-se ao Dia do Vigilante:

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DIA DO VIGILANTE

Fica ajustado que os empregadores concedem aos VIGILANTES abrangidos por este instrumento normativo o dia 20 (vinte) de junho como feriado para a comemoração do Dia do Vigilante.

Diante ao exposto, aplicando o princípio da VINCULAÇÃO ao instrumento licitatório, nota-se de forma clara a intenção da recorrente em apenas tumultuar o certame.

Requer a improcedência das razões de forma preliminar.

DA OMISSÃO DE CONTRATOS

Importante ressaltar que a PORTAL NORTE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI EPP, preza pela transparência e lisura em suas ações, no apontamento da empresa ALA SEGURANÇA LTDA., a mesma alega de forma equivocada omissão na apresentação de contratos reportando ao contrato da Fundação de Parques, a IN 5 é clara quanto a vinculação dos contratos ligadas ao Balanço Patrimonial, como pode-se observar em análise rasa o Balanço do último exercício refere-se ao ano calendário 2017, o contrato apontado trata-se de um contrato emergencial recente e desta forma não faz parte do rol de contratos firmados em 2017.

Falando de omissão, apenas a título de ilustração e comprovando mais uma vez o interesse apenas de retardar o processo licitatório, sugerimos que a Empresa ALA SEGURANÇA LTDA., informe o por que se apresentou nos pregões, do IEPHA, da UNIMONTES, dentre outros como MICRO EMPRESA? Tirando INCLUSIVE a preferência de lances estabelecida pela Lei 123/2006 e decreto 47.437/2018 das empresas que realmente são desse porte, incluindo a PORTAL NORTE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI EPP?

Posto isto, não deve prosperar a infundada alegação, tendo em vista que os valores e contratos estão rigorosamente dentro da regra estabelecida pela IN e dos PRINCÍPIOS da LEGALIDADE e TRANSPARÊNCIA.

DOS FATOS

Alega a recorrente que a recorrida não cumpriu os requisitos dispostos nos subitem 13.4.10, 13.8.2 e 13.9 do edital. Contudo, infundadas alegações não podem prosperar pelas razões de fatos e fundamentos abaixo expostas.

DO MÉRITO

Ressalta-se, que o edital se faz lei entre os licitantes e, aquele que, dele participa, concorda com as suas regras e disposições, in caso, a ora licitante, deve cumprir as regras do edital, da Lei de licitações e especialmente a Lei nº 10.520, portanto, certamente, sabe que nenhum documento pode ser analisado de forma subjetiva, mas de forma objetiva, sendo vedado ao Agente Público, a sua extensão na interpretação dos documentos apresentados pelos licitantes.

O edital é claro quanto às condições de participação e habilitação no processo licitatório. O interesse público é indisponível, até mesmo pelo Administrador Público, que não dispõe de poder discricionário para entender, ao arrepio da lei, onde o interesse público primário a garantia dos direitos individuais e do pleno atendimento aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade e vinculação ao instrumento licitatório que regem as contratações públicas, deverá ser rigorosamente seguido.

Neste sentido, assim dispõe o art. 37, caput da CF/88:

"Art. 37 – A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte.

Nota-se, que a recorrente, não analisou os documentos apresentados pela recorrida, os quais, atendem o disposto nos subitem 13.4.10, 13.8.2 e 13.9 do edital, bem como, todas as demais exigências para habilitação e aceitação da proposta comercial da recorrida.

Não obstante, todos os documentos apresentados pela recorrida, em especial, os requisitos expostos item 13 e subitem seguintes do edital, foram amplamente diligenciados pela equipe de licitações da UNIFAL, e considerados aceitos para habilitação no pregão eletrônico supramencionado, obedecendo os parâmetros do edital, instruções normativas e leis que tratam a matéria, sendo franqueado vistas dos documentos à recorrente, as alegações da recorrente são infundadas e buscam fazer confusão no processo licitatório, o que deve ser desprezado pela equipe de licitações da UNIFAL.

REQUERIMENTOS

Requer que seja a presente contrarrazão conhecida, analisada e de forma PRELIMINAR, julgue improcedente o recurso apresentado pela recorrente, nos termos anteriormente apresentados, no entanto, caso a equipe de licitações entenda de forma diversa, no mérito, pelas razões expostas pela recorrida, julgue improcedente os pedidos apresentados pela recorrente.

DOS PEDIDOS

A bem da verdade, a documentação apresentada pela recorrida obedece rigorosamente às normas prescritas no edital e na Lei 8.666/93, preenchendo, assim, todos os requisitos legais e formais que compõem o ato, como medida de pura justiça, desta feita, a decisão que declarou habilitada a recorrida deve ser mantida, posteriormente sendo lhe, o objeto da licitação adjudicado e homologado à recorrida, por medida de pura justiça.

Pede deferimento

Belo Horizonte/MG, 07 de janeiro de 2019.

Portal Norte Segurança Patrimonial Eireli EPP

Fechar